



CÂMARA DOS DEPUTADOS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	1 / 1
Cod.	IND 007 79

DO SECUNDÁRIO AO PRINCIPAL

Na abordagem política que hoje se faz do problema dos índios no Brasil, prevalece, generalizadamente, em todas as vertentes ideológicas e partidárias, a impressão de que se trata de uma questão absolutamente secundária frente aos graves e complexos problemas da vida nacional.

Essa impressão se funda em dados objetivos, que evidenciam a inexpressividade demográfica dos índios, reduzidos a cerca de 240.000 indivíduos numa população de 140 milhões. A distribuição geográfica dessas minorias é também bastante dispersa, apresentando alguma concentração nas regiões mais próximas das fronteiras do norte e do oeste ou em alguns pontos isolados da Amazônia ou do centro-oeste.

Apesar da intensificação das relações econômicas entre os índios e a sociedade envolvente ocorrida nos últimos quinze anos, a produção econômica dos índios frente à economia nacional é provavelmente ainda menos expressiva e não há dados disponíveis para quantificá-la. Sabe-se, no entanto, que ela é crescente e se baseia na geração de excedentes na agricultura, na caça, na coleta, no artesanato, ou mesmo a partir da absorção das técnicas de mineração. De qualquer forma, essa produção não pode superar a que os grupos de interesses da sociedade envolvente almejam obter através da exploração dos recursos naturais existentes nas áreas indígenas. Por isso, os índios continuam sendo considerados como um obstáculo para o desenvolvimento econômico nacional.

Além disso, a maioria dos índios não vota e praticamen



CÂMARA DOS DEPUTADOS

te não participa do sistema de representação política, mesmo nas regiões onde teriam expressão demográfica para isso. Toda a estrutura de poder, inclusive a nível municipal, é a estrutura de poder da sociedade envolvente.

Assim, não espanta o fato de que a questão indígena seja relegada a um secundaríssimo plano e a defesa dos direitos indígenas seja vista como prerrogativa de alucinados que agem politicamente como quem está fora da realidade.

A minha ligação inicial com a questão indígena vem de um viés emocional, uma variante da concepção de que os índios são seres humanos que nos deveriam despertar pelo menos pena, diante das violências de que são vítimas históricas. Ademais, os índios são detentores de identidades culturais que, a despeito do seu valor científico, são atropeladas e exterminadas com eles próprios. O convívio com pessoas ligadas aos problemas indígenas, me permitiu conhecer histórias e depoimentos que reforçavam essas impressões, e tudo isso foi para mim o suficiente para alimentar preocupações políticas e atuar minimamente em relação aos direitos indígenas.

Durante o exercício do meu mandato parlamentar (83 - 86), assistimos à constituição na Câmara dos Deputados da Comissão do Índio, resultado prático da eleição do Deputado Mário Juruna e da ascensão política que a questão indígena apresentou naquele momento. Tive a honra de ser indicado pelo meu líder, Deputado Freitas Nobre, para integrar a bancada do PMDB naquela Comissão. E ali, a vivenciar outras experiências que foram modificando e aprofundando as minhas concepções pessoais acerca da questão indígena.

Aprendi que a questão indígena em si, vista isoladamente, era alguma coisa praticamente inatingível pela nossa ação política



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ca, e que aquele foro era o espaço do conflito, onde os índios apareciam não pelo que são, mas como parte envolvida em uma guerra, elementos de uma relação.

Assim, a questão indígena acaba por preencher, com outros significados, a problemática mais geral da ocupação do interior. As políticas fundiária, hidrelétrica, mineral ou de transportes, encontram nos índios a objeção mais radical, com conteúdos históricos, étnicos, culturais e militares que lhes atribuem outro grau de gravidade e outras demandas de solução. Meio ambiente, desenvolvimento regional, estrutura fundiária e questão indígena são problemas que sempre estiveram colados, embora nenhum se esgote na relação com os demais.

Essa colagem da questão indígena nas contradições da sociedade envolvente é de tal ordem que muitos companheiros não conseguem identificar a sua especificidade, atribuir-lhe importância, ou contribuir para preservá-la. A diferença em tudo, na constituição étnica, na relação com a natureza, na tradição, na produção, não é questão relevante para muitos, em vista da colagem, por exemplo, com os conflitos pela posse de terra.

Talvez caiba aqui uma confissão. Nunca tive simpatias pelo conhecimento que procura forjar-se com ênfase na analogia e não na diferença. Nessa visão, a relação analógica entre índios e camponeses determinaria o conteúdo essencial de ambos. Penso diferente.

Penso que a diferença é que nos permite pensar, conhecer as coisas e atribuir-lhes valores. É a diferença que instaura a dúvida, que revela a contradição, que permite o conhecimento e que conduz à transformação. É por isso mesmo que a antropologia conservadora e escamoteadora da historiografia oficial cultua a ideologia da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

integração racial, da eliminação da diferença pela formação de um tipo brasileiro micigenado, uma pasta étnica sem memória e sem identidade, pronta a assumir a herança colonial sem veleidades de transformá-la. E a questão indígena é apenas a ponta mais extrema e mais incômoda dessas relações sociais.

Esse caráter extremado da questão indígena lhe confere uma qualidade muito mais importante do que o lado quantitativo da expressão demográfica, produtiva ou eleitoral dos índios frente à sociedade nacional. Mostra que eles, precisamente porque são diferentes, constituem o espelho mais fiel e impressionante da nossa própria engrenagem social. Mostra que a questão indígena, além do que vale por si, pela diferença que instaura, vale como elemento de revelação da violência e da insanidade que camuflamos entre nós contra eles, mas que camuflamos, sobretudo, entre nós contra nós.

Fico pensando que aqueles navegadores europeus que enchiam os índios de espelinhos, entre outras quinquilharias, não podiam imaginar que os descendentes daqueles índios pudessem devolver-nos os espelhos contendo uma nossa imagem muito mais terrível do que pudesse ser a deles.

É o peso da diferença, da carga histórica e da capacidade reveladora que faz da questão indígena um problema delicado. Ela se reporta à nossa imagem, não apenas nos foros internacionais ou nas comissões pelos direitos humanos, mas também nos divãs dos nossos terapeutas, nos terreiros dos nossos hospícios e na má-consciência generalizada da nossa "sociedade normal". A questão indígena talvez seja o mais forte arquétipo da consciência histórica desse país. É uma pequena parte do Brasil que, no entanto, o revela por inteiro.

Foi nesse sentido que me pareceu viável o encaminhamen

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

to dos direitos indígenas junto à Assembléia Nacional Constituinte. Uma Assembléia representativa da sociedade envolvente, sem a presença de representantes indígenas. Mas uma Assembléia destinada a repensar o nosso projeto de país num acerto de contas com os nossos arquétipos, ou a engendrar uma farsa reprodutora das mesmas relações constitutivas da ordem anterior. Em qualquer hipótese, lá deveria ser colocado o espelho da questão indígena, para que não pudéssemos nos enganar quanto ao nosso grau de maturidade histórica.

Os direitos indígenas venceram muitas batalhas na Constituinte. Chegaram ao primeiro Anteprojeto de Constituição. Derrotaram interesses poderosos. Como os do lobby agrário, minerário, militar e burocrático. Os índios demonstraram que o seu reconhecimento como diferentes não era uma concessão de alguns, mas um ganho de todos. Calaram fundo na (má) consciência de Constituintes dos vários partidos e obrigaram os interesses contrários a se articularem em torno de uma fantasiosa denúncia sobre uma conspiração contra o Brasil. E estes provocaram uma CPI no Congresso, como forma desesperada de abrirem-se espaços para que o Deputado Bernardo Cabral impusesse uma primeira derrota aos índios.

De meados de julho a meados de setembro a questão indígena foi a matéria constitucional mais polemizada na imprensa escrita de todo o país. Nesse período, ela colou-se a um sem número de questões. Comércio internacional de minérios, políticas de desenvolvimento da Amazônia, missões religiosas, políticas de fronteira e de defesa nacional, definições de nação, entre outras, ocuparam manchetes e editoriais, mostrando que no fundo do nosso quintal (ou da nossa consciência) se joga, ainda, uma parte qualitativamente importante do projeto nacional brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não é, pois, sem razão que as mais significativas instituições da vida brasileira incorporam fortemente a questão indígena. É o caso da Igreja Católica, da catequese à exorcização atual da mesma. É o caso do Exército, de Rondon ao Conselho de Segurança Nacional, que hoje elenca a questão indígena entre algumas poucas dezenas de problemas que recomendam a organização de uma assessoria especial para o Presidente da República.

Não é o caso do PMDB e dos Partidos em geral, que preferem considerar os índios apenas como resquícios secundários de um passado distante, engrossando, na verdade, os pólos mais escabrosos de cada contradição que se cola à questão indígena. É o secundário que revela o principal: O PMDB não tem projeto de país.

Que fiquem alguns alertas. Não será possível construir um futuro em paz sem o resgate de um passado mal resolvido que contamina partes essenciais do nosso ser. Não haverá Constituição longa viva que desconsidere o valor simbólico da questão indígena. Não haverá revolução ou transformação social nesse país sem que se encare a imagem medonha que o espelho da questão indígena nos devolve. Não haverá projeto partidário maduro e conseqüente se não for capaz de incorporar a questão indígena e as demais que lhe são (des) afetas, ao que pretende fazer com o Brasil.

MARCIO SANTILLI

(texto dedicado ao Deputado Leonelli,
meu irmão político e interlocutor
crítico na questão indígena)